

## **1 Contexto Operacional**

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. (“Cosan Logística”), que detém 28,47% do seu capital.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”) e Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Em 23 de fevereiro de 2017 o TPG VI Fundo de Investimento em Participações (“TPG”), acionista da Companhia, exerceu seu direito de substituir 12.831.102 ações de emissão da Companhia – a totalidade de suas ações vinculadas ao acordo de acionistas da Companhia, celebrado entre Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan”), Cosan Logística, GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações (“GIF”), TPG e Cosan Limited (“CZZ”), em 2010, conforme aditado (“Acordo de Acionistas”) por ações de emissão da Cosan e ações de emissão da Cosan Logística, com a liquidação na forma acordada entre os acionistas, extinguindo o acordo.

Em 21 de setembro de 2017, foi aprovada a alteração do limite do capital autorizado da Companhia, de modo que o capital social possa ser aumentado em até R\$3.000.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Em 04 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$2.640.000, bem como a sua homologação, no âmbito da oferta pública primária de 220.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valores nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$9.654.897, dividido em 1.559.015.898 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As Ações emitidas no âmbito da Oferta passaram a ser negociadas na B3 em 6 de outubro de 2017, sendo que a liquidação física e financeira das Ações ocorreu no dia 10 de outubro de 2017.

Em 20 de abril de 2018 foi aprovada a incorporação da Brado Holding S.A., da Rumo Malha Norte Holding Ltda. e da ALL Serviços Ltda. pela Companhia, de modo que as incorporadas foram extintas e a Companhia sucedeu as incorporadas. Esta operação atende ao interesse das partes e de seus acionistas, gerando vantagens às partes e a seus acionistas, ao proporcionar uma eficiência administrativa, bem com uma redução de custos operacionais. Adicionalmente, foi aprovada a incorporação da PGT S.A. pela ALL Armazéns Gerais Ltda.

Em 07 de agosto de 2018 foi aprovado pelo BNDES financiamento no valor de R\$2.887.298, destinado a apoiar os investimentos no âmbito de concessão de transportes ferroviários de carga. Em 27 de dezembro de 2018 foi captado o montante de R\$799.999. Os desembolsos são feitos mediante comprovação dos investimentos a que o financiamento está atrelado.

## **Concessão de operação ferroviária e terminal portuário**

A Companhia detém, através de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

<b>Empresas</b>	<b>Término da concessão</b>	<b>Área de abrangência</b>
<b><i>Controladas</i></b>		
Elevações Portuárias	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista	Dezembro de 2028	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte	Maior de 2079	Centro-Oeste
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
<b><i>Coligadas</i></b>		
Terminal XXXIX	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 17 – Arrendamentos / CPC 27 – Ativo Imobilizado.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 25 – “Custos e despesas por natureza” e nota 26 – “Resultado financeiro” foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2019.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa. Para as controladas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram convertidos pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos da conversão estão registrados em outros resultados abrangentes e no patrimônio líquido.

## **2.3 Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS e CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre julgamentos críticos e as incertezas em relação às políticas contábeis adotadas que impactam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 12 e 13 Imobilizado e intangível**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios foi uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio, ativos intangíveis com vida útil indefinida ou quando indicadores estão presentes. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável quando uma provisão para *impairment* é registrada são explicadas na nota 13.

- **Notas 19 e 20 Compromissos de arrendamento**

A determinação de se um acordo é ou contém um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de início. A classificação do arrendamento como operacional ou financeira é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos referidos ativos, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

As estimativas decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 incluem estimativas significativas relacionadas aos prazos dos arrendamentos, à taxa de desconto dos fluxos futuros e outras variáveis que afetam a aplicabilidade da norma ou o seu impacto.

- **Nota 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Nota 28 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 23 Pagamento baseado em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com base em ações baseado no valor justo dos instrumentos na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para valorizar os instrumentos patrimoniais concedidos, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada do instrumento, volatilidade, rendimento de dividendos e outras premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 23.

- **Nota 18 Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

#### **2.4 Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## **2.5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais consolidados:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (como por exemplo empréstimo em moeda estrangeira com estrutura de *hedge*);
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo.

## **2.6 Informações por segmento**

A Administração está estruturada em duas vice-presidências, sendo a primeira focada nas operações Sul (composta pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste) e a segunda focada nas Operações Norte (composta pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista). Um terceiro segmento é composto pela Brado, controlada indireta da Companhia, focada na operação de contêineres e outros resultados das operações de contêineres nas malhas. Com isso, a Companhia apresenta três segmentos: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

### 3 Principais políticas contábeis

#### 3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

<b><u>Controladas</u></b>	<b><u>Participação direta e indireta</u></b>	
	<b><u>31/12/2018</u></b>	<b><u>31/12/2017</u></b>
Logisport Armazéns Gerais S.A.	<b>51,00%</b>	51,00%
Elevações Portuárias S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	<b>100,00%</b>	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	<b>99,74%</b>	99,52%
Boswells S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Brado Holding S.A. <sup>(i)</sup>	-	100,00%
ALL Serviços Ltda. <sup>(i)</sup>	-	99,99%
ALL Argentina S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
Paranaguá S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	<b>100,00%</b>	100,00%
Portofer Ltda.	<b>100,00%</b>	100,00%
Brado Logística e Participações S.A.	<b>62,22%</b>	62,22%
Brado Logística S.A.	<b>62,22%</b>	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	<b>70,56%</b>	70,56%
ALL Central S.A.	<b>73,55%</b>	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	<b>100,00%</b>	100,00%
PGT S.A. <sup>(ii)</sup>	-	100,00%

(i) Conforme mencionado na nota 1, ocorreu a incorporação da Brado Holding S.A., da Rumo Malha Norte Holding Ltda. e da ALL Serviços Ltda. pela Companhia.

(ii) Adicionalmente, ocorreu a incorporação da PGT S.A. pela ALL Armazéns Gerais Ltda.

- **Participação de acionistas não controladores**

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

a) a valor justo; ou

b) em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

- **Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, controladas são contabilizadas pelo uso da equivalência patrimonial.

- **Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)**

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

<b><u>Coligadas (Equivalência patrimonial)</u></b>	<b><u>Participação direta e indireta</u></b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Rhall Terminais Ltda.	<b>30,00 %</b>	30,00%
Termag S.A. <sup>(i)</sup>	<b>19,85 %</b>	19,85%
TGG S.A. <sup>(i)</sup>	<b>9,92 %</b>	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	<b>49,62 %</b>	49,62%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

- **Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **3.2 Moeda estrangeira**

- **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

- **Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

- **Conversão das demonstrações financeiras das controladas**

As demonstrações financeiras de controladas no exterior foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- a) os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- b) o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- c) o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do exercício.

As taxas de conversão do dólar norte americano (USD) para o Real (R\$) eram USD1,00 = R\$3,8748 em 31 de dezembro de 2018, USD1,00 = R\$3,3080 em 31 de dezembro de 2017.

As taxas de conversão do peso argentino (ARS) para o Real (R\$) eram ARS1,00 = R\$0,1029 em 31 de dezembro de 2018, ARS1,00 = R\$0,1755 em 31 de dezembro de 2017.

### **3.3 Títulos e valores mobiliários**

As aplicações em títulos com vencimento superior a três meses na data da compra e outros títulos para os quais haja mais do que um insignificante risco de mudança de valor devido à taxa de juros, preço cotado ou multa no saque são classificados como títulos e valores mobiliários. Em geral, medimos o valor justo usando preços obtidos de serviços de precificação. Métodos e entradas de preços para modelos de avaliação usados pelos serviços de precificação dependem do tipo de garantia (ou seja, classe de ativos). Quando possível, os valores justos são gerados usando informações de mercado, incluindo preços cotados (o preço de fechamento em um mercado de câmbio), preços de compra (o preço pelo qual um comprador está pronto para comprar) e outras informações de mercado. Para títulos de renda fixa que não são negociados ativamente, os serviços de precificação usam métodos alternativos para determinar o valor justo dos títulos, incluindo cotações para títulos de renda fixa semelhantes, precificação matricial, fluxo de caixa descontado usando curvas de referência ou outros fatores. Em certos casos, quando os dados de mercado não estão disponíveis, podemos usar cotações de corretoras para determinar o valor justo.



Ganhos e perdas realizados e rendimentos de juros em todos os nossos títulos negociáveis, e ganhos e perdas não realizados em títulos não classificados como disponíveis para venda são registrados como receita de juros de serviços não financeiros e outras receitas/(perda), líquida.

### 3.4 Estoques

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.

O custo compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 3.5 Imobilizado

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

- **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado do exercício, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil de reformas de material rodante (vagões e locomotivas), estimativa que passou a ser aplicada em 01 de janeiro de 2018.

### **3.6 Intangível e ágio**

#### **a) Direito de concessão**

O ágio gerado na combinação de negócio da Companhia foi alocado integralmente ao direito de concessão da Rumo Malha Norte e sua amortização está sendo realizada linearmente até o final do contrato de concessão.

#### **b) Ágio**

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide nota explicativa 13). O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada ao valor contábil da investida em equivalência patrimonial.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (“UGCs”) da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. Estes podem nem sempre ser os mesmos que as UGCs que incluem os ativos e passivos do negócio adquirido. Cada unidade ou grupo de unidades às quais o ágio é alocado representa o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins de administração interna e não é maior que um segmento operacional.

#### **c) Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### **d) Despesas subsequentes**

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **e) Amortização**

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

### **3.7 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo.

### **3.9 Benefícios a empregados**

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo na data de outorga de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido, como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

- **Benefícios pós-emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

### **3.10 Receita**

#### **(i) Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

#### **(ii) Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

### **3.11 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada Rumo Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

### **3.12 Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

- **Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

### **3.13 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

### 3.14 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente à R\$240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos.

Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

### **3.15 Instrumentos financeiros**

#### **(a) Derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados na Nota 28. O valor justo total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Atualmente, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo critério de valor justo por meio do resultado.

A Companhia entra em relações de *hedge* onde os termos críticos do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Companhia, portanto, realiza uma avaliação qualitativa da eficácia. A ineficácia do *hedge* pode surgir se o momento da transação prevista for diferente do que foi originalmente estimado, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte derivativa.



- **Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge***

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para contabilidade de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

- b) Mensurações de valor justo reconhecidas**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii. para *swaps* de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- iii. para *swaps* de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- iv. para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- v. para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo feitas pela Companhia estão incluídas no nível 2.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível na hierarquia de valor justo na qual as avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas premissas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da empresa são em títulos valores mobiliários e contratos de derivativos.

- Nível 3: para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

### **3.16 Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

### **3.17 Fluxos de caixa**

- **Transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

A Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- Compra de imobilizado à prazo no montante de R\$23.537 (R\$105.102 em 31 de dezembro de 2017).
- Aumento de capital da subsidiária Rumo Luxemburgo no valor de R\$ 61.164 por meio da utilização de crédito com partes relacionadas, sem utilização de caixa no exercício.

- **Classificação de juros e dividendos**

- A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas coligadas.
- Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

### **3.18 Mudanças nas políticas contábeis significativas**

#### **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) imparidade; e (iii) contabilidade de *hedge*.

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 geralmente não refletem os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, mas os requerimentos do IAS 39;
- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Todas as designações de relacionamento de *hedge* de acordo com o IAS 39 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de *hedge* de acordo com o IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de *hedge* contínuas.

O impacto total sobre a Companhia em 1º de janeiro de 2018 é o seguinte:

**Ativo**

Contas a receber de clientes	(1.295)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	307

**Patrimônio líquido**

Prejuízos acumulados	988
----------------------	-----

*a) Classificação e mensuração*

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desreconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foi feita com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma da IAS 39. Semelhante aos requisitos da IAS 39, o CPC 48 / IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratadas como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os derivativos embutidos não são separados do ativo financeiro vinculado. Em vez disso, os ativos financeiros são classificados com base em seus termos contratuais e no modelo de negócios da Companhia.

A contabilização de derivativos embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros vinculados não mudou do exigido pela IAS 39.

*b) Impairment*

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculadas as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada do CPC 48 / IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$1.295. O aumento na provisão resultou em ajuste aos prejuízos acumulados no montante de R\$988 e imposto de renda e contribuição social diferido ativo no montante de R\$307.

A redução ao valor recuperável, enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para exercício comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem reapresentação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma nas reservas de lucros.

*c) Hedge accounting*

A Companhia aplicou o *hedge accounting* prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todas as relações de cobertura existentes da Companhia eram elegíveis para serem tratadas como relações de cobertura contínua. Consistente com exercícios anteriores, a Companhia continuou a designar a mudança no valor justo de todo o contrato a termo nas relações de *hedge* de valor justo da Companhia e, como tal, a adoção dos requisitos de contabilização de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9 não teve impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente**

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos. Além disso, a Companhia faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de serviços individuais quando utilizar metodologia de alocação.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos significativos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras consolidadas.

Registramos todas as vendas de serviços somente quando um contrato ou acordo está em vigor, à medida que os serviços são prestados e a cobrança do preço de serviço fixo ou determinável está razoavelmente assegurado. Nós reconhecemos qualquer perda que esperamos incorrer nestes acordos quando essa perda for provável.

A Companhia não espera ter nenhum contrato em que o período entre a transferência dos serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano sem aplicação de índices de correção. Como consequência, a Companhia não ajusta nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo.

## **4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Certas normas novas e alterações às normas são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

### **4.1 CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - Leasing)**

Esses padrões alteram o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos da IFRS 16.

A Companhia arrenda diversas propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem *covenants*, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado pelo método linear durante a vida útil, determinada pelo menor entre a vida do ativo e o prazo do arrendamento.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- i. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- ii. pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- iii. montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- iv. o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção, e
- v. pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o arrendatário exercerá essa opção.

Os pagamentos da locação serão descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao custo, incluindo:

- a) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- b) quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início, menos quaisquer incentivos recebidos;
- c) quaisquer custos diretos iniciais e;
- d) custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). O impacto inicial aproximado (aumento/(redução)) da adoção do CPC 06 (R2) está estimado em:

	<i>Range</i>	
<b>Ativos</b>		
Ativos de direito de uso	1.000.000	a 1.100.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.000	a 50.000
	<b>1.040.000</b>	<b>1.150.000</b>
<b>Passivos</b>		
Arrendamento a pagar	1.550.000	a 1.700.000
	<b>1.550.000</b>	<b>1.700.000</b>
<b>Impacto no patrimônio líquido</b>	<b>(510.000)</b>	a <b>(550.000)</b>

A Companhia aplicará o IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser apresentada sob o IAS 17 e IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 serão divulgados separadamente se forem diferentes daquelas sob o IFRS 16.

#### 4.2 IFRS 17 - Contratos de seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

#### 4.3 Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos ao tratamento de juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

#### 4.4 Alterações ao CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento é realizado dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **4.5 Alterações ao CPC 33 / IAS 19: Características de pré-pagamento com compensação negativa**

As alterações à IAS 19 abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando um aditivo ao plano, redução ou liquidação ocorre durante o período de uma entidade é obrigada a:

- i) Determinar o custo do serviço corrente pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para medir novamente o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
- ii) Determinar juros líquidos pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando: o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos sob o plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto utilizada para medir novamente esse passivo (ativo) líquido de benefício definido.

As alterações também esclarecem que uma entidade primeiro determina qualquer custo do serviço passado, ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido no resultado. Uma entidade então determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos, é reconhecida em outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações do plano ocorridas no ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. Estas alterações aplicar-se-ão apenas a futuras alterações, reduções ou liquidações.

#### **4.6 Melhorias anuais ao ciclo de normas IFRS 2015-2017**

- **CPC 32 / IAS 12 Imposto de renda**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto, reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. Não são esperados efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas.

- **CPC 20 / IAS 23 Custos de empréstimos obtidos**

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual está alinhada com essas alterações.



## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	<b>580</b>	916	<b>53.615</b>	9.555
Aplicações financeiras	<b>15</b>	14	<b>87.912</b>	168.449
	<b>595</b>	930	<b>141.527</b>	178.004

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo e são utilizados pela Companhia na administração de seus compromissos de curto prazo. Os equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado.

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Aplicações em bancos</b>				
Certificado de depósitos bancários - CDB	<b>15</b>	14	<b>86.738</b>	163.585
Outras aplicações	-	-	<b>1.174</b>	4.864
	<b>15</b>	14	<b>87.912</b>	168.449

## 6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos públicos <sup>(i)</sup>	<b>114.430</b>	421.810	<b>2.785.036</b>	2.939.823
Certificados de depósitos bancários <sup>(ii)</sup>	-	-	<b>58.038</b>	212.618
	<b>114.430</b>	421.810	<b>2.843.074</b>	3.152.441

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

(ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	<b>31.254</b>	93.251
Valores depositados em garantia	<b>3.416</b>	3.321	<b>83.870</b>	132.383
	<b>3.416</b>	3.321	<b>115.124</b>	225.634

## 7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	<b>26.837</b>	38.874	<b>382.925</b>	362.762
Mercado externo	-	241	<b>72.975</b>	39.740
Perda esperada com créditos de liquidação	<b>(2.013)</b>	(1.900)	<b>(17.838)</b>	(30.784)
	<b>24.824</b>	37.215	<b>438.062</b>	371.718
<b>Circulante</b>	<b>15.725</b>	24.839	<b>417.339</b>	359.342
<b>Não circulante</b>	<b>9.099</b>	12.376	<b>20.723</b>	12.376
	<b>24.824</b>	37.215	<b>438.062</b>	371.718

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	<b>19.667</b>	24.163	<b>337.443</b>	198.539
Vencidas				
Até 30 dias	<b>5.188</b>	9.016	<b>59.397</b>	82.938
De 31 a 60 dias	<b>351</b>	3.030	<b>6.912</b>	15.537
De 61 a 90 dias	<b>40</b>	754	<b>11.648</b>	56.832
Mais de 90 dias	<b>1.591</b>	2.152	<b>40.500</b>	48.656
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(2.013)</b>	(1.900)	<b>(17.838)</b>	(30.784)
	<b>24.824</b>	37.215	<b>438.062</b>	371.718

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 1º de janeiro	<b>(1.900)</b>	(1.679)	<b>(30.784)</b>	(18.586)
Provisões	<b>(1.093)</b>	(799)	<b>(20.004)</b>	(26.590)
Reversões e baixa	<b>980</b>	578	<b>32.950</b>	14.392
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(2.013)</b>	(1.900)	<b>(17.838)</b>	(30.784)

## 8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Peças e acessórios	<b>874</b>	361	<b>224.005</b>	244.256
Combustíveis e lubrificantes	<b>4</b>	6	<b>6.224</b>	4.207
Almoxarifado e outros	<b>152</b>	137	<b>33.157</b>	33.828
	<b>1.030</b>	504	<b>263.386</b>	282.291

Abaixo movimentação dos estoques obsoletos:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>(183)</b>	<b>(23.107)</b>
Provisões	-	(1.822)
Reversões	-	12.583
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(183)</b>	<b>(12.346)</b>
Provisões	-	(4.508)
Reversões	-	8.754
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(183)</b>	<b>(8.100)</b>

## 9 Outros tributos a recuperar

Os ativos fiscais correntes incluem principalmente (i) efeitos fiscais que são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto de renda que se espera que sejam recuperados como restituições de autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	<b>3.964</b>	6.555	<b>276.440</b>	247.058
PIS	<b>676</b>	1.311	<b>90.009</b>	67.327
ICMS <sup>(i)</sup>	<b>321</b>	46	<b>442.492</b>	378.204
ICMS CIAP <sup>(ii)</sup>	-	-	<b>174.455</b>	204.576
Outros	<b>2.973</b>	49	<b>8.574</b>	10.013
	<b>7.934</b>	7.961	<b>991.970</b>	907.178
<b>Circulante</b>	<b>7.934</b>	5.979	<b>195.176</b>	209.121
<b>Não circulante</b>	-	1.982	<b>796.794</b>	698.057
	<b>7.934</b>	7.961	<b>991.970</b>	907.178

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

## 10 Partes relacionadas

### a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Cosan S.A.	282	282	382	656
Rumo Malha Norte S.A.	10.953	19.984	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	77.131	30.049	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.109	3.294	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	149	149	4.213	5.031
Raízen Energia S.A.	7.651	2.946	14.226	6.556
Brado Logística S.A.	1.179	4.896	-	-
Elevações Portuárias S.A.	5.046	17.483	-	-
Outros	3.651	816	579	931
	<u>107.151</u>	<u>79.899</u>	<u>19.400</u>	<u>13.174</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	27.523	18.086
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.523</u>	<u>18.086</u>
<b>Operações financeiras e societárias</b>				
Rumo Luxembourg Sarl	-	61.198	-	-
Outros	3.326	3.326	152	-
	<u>3.326</u>	<u>64.524</u>	<u>152</u>	<u>-</u>
	<u>3.326</u>	<u>64.524</u>	<u>27.675</u>	<u>18.086</u>
<b>Total</b>	<u>110.477</u>	<u>144.423</u>	<u>47.075</u>	<u>31.260</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Rumo Malha Norte S.A.	5.311	1.164	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	10.592	5.620	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	74.953	93.847	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	1.658	857	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	1	17	126.318	118.375
Raízen Energia S.A.	5.552	6.082	18.948	21.095
Cosan S.A.	1.180	429	2.370	2.865
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	353	353	4.675	3.225
Logisport Armazéns Gerais S.A.	127	172	-	-
Elevações Portuárias S.A.	4	15.899	-	-
Outros	3.738	1.010	3.858	1.539
	<u>103.469</u>	<u>125.450</u>	<u>156.169</u>	<u>147.099</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Operações financeiras</b>				
Boswells	24.218	20.675	-	-
Outros	4.732	4.808	-	-
	<u>28.950</u>	<u>25.483</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>132.419</u>	<u>150.933</u>	<u>156.169</u>	<u>147.099</u>

**b) Resumo das transações com partes relacionadas:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receita operacional</b>				
Raízen Energia S.A. e controladas <sup>(i)</sup>	<b>208.518</b>	290.355	<b>283.485</b>	389.457
Raízen Combustíveis S.A. <sup>(ii)</sup>	-	-	<b>158.471</b>	141.320
Rumo Malha Norte S.A.	<b>12.000</b>	12.000	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. <sup>(iii)</sup>	<b>259.838</b>	279.055	-	-
Elevações Portuárias S.A.	<b>10.080</b>	-	-	-
Outros	<b>2.461</b>	-	<b>15.288</b>	8.381
	<b>492.897</b>	581.410	<b>457.244</b>	539.158
<b>Compras de produtos / insumos</b>				
Raízen Combustíveis S.A. <sup>(iv)</sup>	-	-	<b>(1.205.201)</b>	(1.006.510)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	<b>(1.943)</b>	-	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. <sup>(v)</sup>	<b>(108.178)</b>	(77.424)	-	-
Logisport Armazéns Gerais S.A.	-	(1.477)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. <sup>(vi)</sup>	<b>(7)</b>	-	<b>(39.531)</b>	(34.663)
	<b>(110.128)</b>	(78.901)	<b>(1.244.732)</b>	(1.041.173)
<b>Despesa compartilhada</b>				
Cosan S.A. <sup>(vii)</sup>	<b>(4.535)</b>	(598)	<b>(10.966)</b>	(10.929)
Elevações Portuárias S.A.	<b>668</b>	-	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	<b>571</b>	126	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	<b>4.871</b>	1.186	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	<b>(4.409)</b>	(1.355)	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	<b>15.022</b>	1.901	-	-
Raízen Energia S.A.	<b>(1.524)</b>	(1.503)	<b>(27.411)</b>	(26.824)
	<b>10.664</b>	(243)	<b>(38.377)</b>	(37.753)
<b>Resultado financeiro</b>				
Elevações Portuárias S.A.	<b>1.785</b>	-	-	-
Rumo Luxembourg Sarl	<b>(2.327)</b>	-	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	-	(40.675)	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	<b>(51.691)</b>	(80.663)	-	-
Outros	<b>(3.250)</b>	1.474	<b>15</b>	1
	<b>(55.483)</b>	(119.864)	<b>15</b>	1

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 para a Raízen Combustíveis e suas controladas, contratada em condições de mercado.
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, contratado em condições de mercado.
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 junto à Cosan Lubrificantes, adquiridos em condições de mercado.

(vii) Referem-se a rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados Raízen.

**c) Remuneração da administração**

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo	<u>31.049</u>	<u>32.305</u>
Transações com pagamentos baseados em ações	<u>3.665</u>	<u>2.537</u>
	<u><b>34.714</b></u>	<u><b>34.842</b></u>

## 11 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

### a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Outros	Amortização do direito de concessão	Efeito de incorporação	Reclassificação passivo descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2018
<b><u>Controladas</u></b>													
Elevações Portuárias	672.397.254	672.397.254	100,00%	667.966	78.776	-	(38.800)	-	(56)	-	-	-	707.886
Rumo Intermodal	91.064.313	91.064.313	100,00%	62.078	(3.814)	(23.000)	-	1.384	447	-	-	-	37.095
ALL Serviços	100.000	-	-	6.479	(321)	-	-	-	-	-	(6.158)	-	-
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	1.186.268.176	99,74%	7.835.147	749.114	-	(462.276)	(79)	6.827	(29.642)	-	-	8.099.091
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%	20.989	-	-	-	3.596	-	-	-	-	24.585
Brado Holding	500	-	-	357.903	1.706	-	-	-	-	-	(359.609)	-	-
Brado Participações	12.962.963	8.065.556	62,22%	-	6.790	-	-	-	-	-	359.609	-	366.399
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%	15.540	(739)	7.314	-	(8.434)	-	-	-	-	13.681
Logisport	2.040.816	1.040.816	51,00%	73.530	94	-	-	-	-	-	-	-	73.624
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%	-	(2.718)	-	-	-	-	-	-	66.836	64.118
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	506.796	(228.727)	700.000	-	(1.196)	(210)	-	-	-	976.663
				<b>9.546.428</b>	<b>600.161</b>	<b>684.314</b>	<b>(501.076)</b>	<b>(4.729)</b>	<b>7.008</b>	<b>(29.642)</b>	<b>(6.158)</b>	<b>66.836</b>	<b>10.363.142</b>
<b><u>Passivo a descoberto</u></b>													
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%	(28.697)	(4.500)	-	-	16.178	-	-	-	-	(17.019)
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%	(35.238)	(17.033)	119.107	-	-	-	-	-	(66.836)	-
Rumo Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	(184.148)	(57.104)	-	-	(132)	(70)	(19.011)	-	-	(260.465)
Rumo Malha Oeste	478.460.074	478.460.074	100,00%	(862.599)	(234.675)	-	-	(135)	(57)	-	-	-	(1.097.466)
				<b>(1.110.682)</b>	<b>(313.312)</b>	<b>119.107</b>	<b>-</b>	<b>15.911</b>	<b>(127)</b>	<b>(19.011)</b>	<b>-</b>	<b>(66.836)</b>	<b>(1.374.950)</b>
				<b>8.435.746</b>	<b>286.849</b>	<b>803.421</b>	<b>(501.076)</b>	<b>11.182</b>	<b>6.881</b>	<b>(48.653)</b>	<b>(6.158)</b>	<b>-</b>	<b>8.988.192</b>

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Aumento de capital / AFAC	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Outros	Amortização do direito de concessão	Reclassificação passivo a descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2017
<u>Controladas</u>												
Elevações Portuárias	672.397.254	672.397.254	100,00%	654.719	70.881	-	(57.634)	-	-	-	-	667.966
Rumo Intermodal	91.064.313	91.064.313	100,00%	63.447	(1.280)	-	(451)	362	-	-	-	62.078
ALL Serviços	100.000	99.999	99,99%	9.538	(3.059)	-	-	-	-	-	-	6.479
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	1.183.698.555	99,52%	7.593.140	472.066	-	(277.844)	-	77.430	(29.645)	-	7.835.147
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%	20.679	-	-	-	310	-	-	-	20.989
Rail Management	20.000	-	-	96	(104)	-	-	-	8	-	-	-
Brado Holding	500	500	100,00%	360.073	2.619	-	(4.789)	-	-	-	-	357.903
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%	6.456	5.075	6.089	-	(2.080)	-	-	-	15.540
Logisport	2.040.816	1.040.816	51,00%	75.091	(1.561)	-	-	-	-	-	-	73.530
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	506.796	506.796
Outros	-	-	-	158	-	-	-	-	-	-	(158)	-
				<u>8.783.397</u>	<u>544.637</u>	<u>6.089</u>	<u>(340.718)</u>	<u>(1.408)</u>	<u>77.438</u>	<u>(29.645)</u>	<u>506.638</u>	<u>9.546.428</u>
<u>Passivo a descoberto</u>												
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%	(19.463)	(12.511)	-	-	2.791	486	-	-	(28.697)
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%	-	(35.396)	-	-	-	-	-	158	(35.238)
Rumo Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	(73.383)	(91.884)	-	-	-	130	(19.011)	-	(184.148)
Rumo Malha Oeste	478.460.074	478.460.074	100,00%	(680.636)	(181.963)	-	-	-	-	-	-	(862.599)
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	(384.710)	(382.171)	1.350.000	-	-	(76.323)	-	(506.796)	-
				<u>(1.158.192)</u>	<u>(703.925)</u>	<u>1.350.000</u>	<u>-</u>	<u>2.791</u>	<u>(75.707)</u>	<u>(19.011)</u>	<u>(506.638)</u>	<u>(1.110.682)</u>
				<u>7.625.205</u>	<u>(159.288)</u>	<u>1.356.089</u>	<u>(340.718)</u>	<u>1.383</u>	<u>1.731</u>	<u>(48.656)</u>	<u>-</u>	<u>8.435.746</u>



## b) Consolidado

<b>Coligadas</b>	<b>Número de ações da investida</b>	<b>Ações da investidora</b>	<b>Percentual de participação</b>	<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>Resultado de equivalência</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%	4.279	459	(1.572)	3.166
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	4.463	729	-	5.192
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	17.549	4.981	(2.929)	19.601
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%	15.639	4.010	(3.607)	16.042
<b>Total</b>				<b>41.930</b>	<b>10.179</b>	<b>(8.108)</b>	<b>44.001</b>

	<b>Número de ações da investida</b>	<b>Ações da investidora</b>	<b>Percentual de participação</b>	<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>Resultado de equivalência</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Outros</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%	3.645	634	-	-	4.279
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	7.669	(3.206)	-	-	4.463
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	18.535	5.479	(6.307)	(158)	17.549
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%	16.998	1.336	(2.695)	-	15.639
<b>Total</b>				<b>46.847</b>	<b>4.243</b>	<b>(9.002)</b>	<b>(158)</b>	<b>41.930</b>

## Informações das Investidas

	<b>31/12/2018</b>			
	<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do exercício</b>
<b>Investidas</b>				
Elevações Portuárias	916.387	208.500	707.887	78.776
Rumo Intermodal	55.248	18.151	37.097	(3.814)
ALL Serviços	-	-	-	(321)
Rumo Malha Norte	12.647.608	5.747.700	6.899.908	752.020
Boswells	24.585	-	24.585	-
Brado Participações	754.480	196.667	557.813	15.129
Paranaguá S.A.	14.103	408	13.695	7.137
Logisport	125.440	54.668	70.772	185
ALL Argentina	6.688	25.398	(18.710)	(4.947)
Rumo Luxembourg Sarl	4.992.561	4.928.443	64.118	(2.718)
Rumo Malha Paulista	5.593.047	5.747.700	(154.653)	(134.671)
Rumo Malha Oeste	479.814	1.577.281	(1.097.467)	(241.900)
Rumo Malha Sul	4.075.505	3.026.987	1.048.518	(288.113)
Rhall Terminais Ltda.	12.513	1.960	10.553	1.530
Termag S.A.	227.721	201.759	25.962	3.673
TGG S.A.	247.795	51.791	196.004	50.212
Terminal XXXIX	45.240	13.155	32.085	8.081

	31/12/2017			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<u>Investidas</u>				
Elevações Portuárias	873.055	205.089	667.966	70.881
Rumo Intermodal	89.856	27.778	62.078	(1.280)
ALL Serviços	7.167	688	6.479	(3.059)
Rumo Malha Norte	11.802.015	8.574.359	3.227.656	496.554
Boswells	20.989	-	20.989	-
Rail Management	338.533	873	337.660	3.537
Brado Holding	15.784	228	15.556	5.082
Paranaguá S.A.	134.752	64.163	70.589	(3.063)
Logisport	6.866	38.415	(31.549)	(13.755)
ALL Argentina	2.557.861	2.593.099	(35.238)	(33.425)
Rumo Malha Paulista	5.532.538	5.552.320	(19.782)	(164.182)
Rumo Malha Oeste	583.532	1.438.906	(855.374)	(187.080)
Rumo Malha Sul	4.081.132	3.443.117	638.015	(455.905)
Rhall Terminais Ltda.	15.521	892	14.629	2.406
Termag S.A.	178.152	155.833	22.319	7.295
TGG S.A.	240.075	53.110	186.965	43.210
Terminal XXXIX	44.940	13.661	31.279	2.765

**c) Não controladores**

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de não controladores	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Logisport	2.040.816	1.000.000	49,00%	34.589	90	(22)	-	34.657
Brado Participações	12.962.963	4.897.407	37,78%	218.383	5.159	(510)	-	223.032
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	3.144.187	0,26%	14.949	3.361	(2.232)	(7.344)	8.734
<b>Total</b>				<b>267.921</b>	<b>8.610</b>	<b>(2.764)</b>	<b>(7.344)</b>	<b>266.423</b>

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Resultado de não controladores	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Logisport	2.040.816	1.000.000	49,00%	36.089	(1.500)	-	-	34.589
Brado Participações	12.962.963	5.027.037	38,78%	218.637	2.148	(2.402)	-	218.383
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	5.709.179	0,48%	15.770	1.825	(2.648)	2	14.949
Rail Management	20.000	20.000	100,00%	96	(104)	-	8	-
<b>Total</b>				<b>270.592</b>	<b>2.369</b>	<b>(5.050)</b>	<b>10</b>	<b>267.921</b>

## 12 Imobilizado

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (iii)	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>								
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>888.339</b>	<b>698.069</b>	<b>8.303.149</b>	<b>7.014.864</b>	<b>927.846</b>	<b>776.107</b>	<b>18.608.374</b>	<b>176.681</b>
Adições	-	-	42.031	-	1.974.146	1.489	<b>2.017.666</b>	8.681
Baixas	(2.317)	(20.518)	(189.143)	-	(1.538)	(37.438)	<b>(250.954)</b>	-
Transferências	148.780	147.952	560.265	991.023	(1.901.428)	28.225	<b>(25.183)</b>	(386)
Efeito de reorganização societária (ii)	-	-	-	-	-	-	-	4.042
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.034.802</b>	<b>825.503</b>	<b>8.716.302</b>	<b>8.005.887</b>	<b>999.026</b>	<b>768.383</b>	<b>20.349.903</b>	<b>189.018</b>
<b>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:</b>								
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>(311.986)</b>	<b>(277.748)</b>	<b>(3.479.330)</b>	<b>(2.804.132)</b>	-	<b>(468.900)</b>	<b>(7.342.096)</b>	<b>(40.588)</b>
Adições	(41.471)	(96.060)	(655.745)	(467.634)	-	(18.581)	<b>(1.279.491)</b>	(11.353)
Baixas	2.317	20.478	186.557	-	-	32.657	<b>242.009</b>	-
Transferências	443	317	4.933	33.343	-	(20.811)	<b>18.225</b>	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(33.808)	(22.896)	(10.842)	(4.186)	<b>(71.732)</b>	-
Efeito de reorganização societária (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(3.811)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(350.697)</b>	<b>(353.013)</b>	<b>(3.977.393)</b>	<b>(3.261.319)</b>	<b>(10.842)</b>	<b>(479.821)</b>	<b>(8.433.085)</b>	<b>(55.752)</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>576.353</b>	<b>420.321</b>	<b>4.823.819</b>	<b>4.210.732</b>	<b>927.846</b>	<b>307.207</b>	<b>11.266.278</b>	<b>136.093</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>684.105</b>	<b>472.490</b>	<b>4.738.909</b>	<b>4.744.568</b>	<b>988.184</b>	<b>288.562</b>	<b>11.916.818</b>	<b>133.266</b>

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas <sup>(i)</sup>	Via Permanente <sup>(i)</sup>	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2017	866.974	553.889	7.478.023	6.353.604	668.562	767.992	16.689.044	139.728
Adições	-	5.911	14.835	3.729	2.123.536	676	2.148.687	37.227
Baixas	(2.239)	(100.583)	(125.206)	(3.695)	25.350	(9.047)	(215.420)	-
Transferências	23.604	238.852	935.497	661.226	(1.889.602)	16.486	(13.937)	(274)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	888.339	698.069	8.303.149	7.014.864	927.846	776.107	18.608.374	176.681
Valor de depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(280.141)	(237.086)	(2.975.976)	(2.396.583)	-	(462.139)	(6.351.925)	(30.425)
Adições	(31.582)	(116.745)	(643.683)	(395.677)	-	(9.718)	(1.197.405)	(10.183)
Baixas	234	89.695	99.753	749	-	4.355	194.786	-
Transferências	(497)	(13.612)	40.576	(12.621)	-	(1.398)	12.448	20
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(311.986)	(277.748)	(3.479.330)	(2.804.132)	-	(468.900)	(7.342.096)	(40.588)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	586.833	316.803	4.502.047	3.957.021	668.562	305.853	10.337.119	109.303
Saldo em 31 de dezembro de 2017	576.353	420.321	4.823.819	4.210.732	927.846	307.207	11.266.278	136.093

- (i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro;
- (ii) Reorganização societária através da incorporação dos ativos líquidos da Brado Holding S.A., da Rumo Malha Norte Holding Ltda. e da ALL Serviços Ltda. pela Companhia.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2018, vagões e locomotivas no montante de R\$ 745.203 (R\$ 743.203 em 31 de dezembro de 2017), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 14).

### Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 3.973 (Não houve custos de empréstimos capitalizados em 31 de dezembro de 2017). A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 8,61% a.a até 31 de dezembro de 2018.

### 13 Ativos intangíveis e ágio

	Consolidado					Controladora
	Ágio <sup>(i)</sup>	Direito de Concessão <sup>(ii)</sup>	Licença de operação	Outros	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>						
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>100.451</b>	<b>8.000.700</b>	<b>343.177</b>	<b>178.069</b>	<b>8.622.397</b>	<b>612.985</b>
Adições	-	-	-	2.617	2.617	281
Baixas	-	-	-	(9)	(9)	1
Transferências	-	-	-	8.368	8.368	386
Efeito de reorganização societária <sup>(iii)</sup>	-	-	-	-	-	1.858
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>100.451</b>	<b>8.000.700</b>	<b>343.177</b>	<b>189.045</b>	<b>8.633.373</b>	<b>615.511</b>
<b>Amortização e redução ao valor recuperável:</b>						
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	-	(769.603)	(120.169)	(109.656)	(999.428)	(185.879)
Adições	-	(112.029)	(11.740)	(15.598)	(139.367)	(39.789)
Baixas	-	-	-	6	6	-
Transferências	-	-	-	14	14	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	(716)	(716)	-
Efeito de reorganização societária <sup>(iii)</sup>	-	-	-	-	-	(1.074)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	(881.632)	(131.909)	(125.950)	(1.139.491)	(226.742)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>100.451</b>	<b>7.231.097</b>	<b>223.008</b>	<b>68.413</b>	<b>7.622.969</b>	<b>427.106</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>100.451</b>	<b>7.119.068</b>	<b>211.268</b>	<b>63.095</b>	<b>7.493.882</b>	<b>388.769</b>

  

	Consolidado					Controladora
	Ágio <sup>(i)</sup>	Direito de Concessão <sup>(ii)</sup>	Licença de operação	Outros	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>						
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>100.451</b>	<b>7.662.964</b>	<b>343.177</b>	<b>196.336</b>	<b>8.302.928</b>	<b>617.796</b>
Adições	-	-	-	1.805	1.805	-
Baixas	-	-	-	(4.220)	(4.220)	-
Transferências	-	337.736	-	(15.852)	321.884	(4.811)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100.451</b>	<b>8.000.700</b>	<b>343.177</b>	<b>178.069</b>	<b>8.622.397</b>	<b>612.985</b>
<b>Valor de amortização:</b>						
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	-	(310.958)	(108.429)	(102.252)	(521.639)	(150.614)
Adições	-	(120.909)	(11.740)	(11.633)	(144.282)	(40.330)
Baixas	-	-	-	4.218	4.218	-
Transferências	-	(337.736)	-	11	(337.725)	5.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	(769.603)	(120.169)	(109.656)	(999.428)	(185.879)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>100.451</b>	<b>7.352.006</b>	<b>234.748</b>	<b>94.084</b>	<b>7.781.289</b>	<b>467.182</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100.451</b>	<b>7.231.097</b>	<b>223.008</b>	<b>68.413</b>	<b>7.622.969</b>	<b>427.106</b>

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada indireta Logispot, apresentado somente no consolidado.
- (ii) A amortização é reconhecida na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.
- (iii) Reorganização societária através da incorporação dos ativos líquidos da Brado Holding S.A., da Rumo Malha Norte Holding Ltda. e da ALL Serviços Ltda. pela Companhia, conforme mencionado na Nota 1.

## Métodos de amortização e vidas úteis

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2018	31/12/2017
Licença de software	20,00 %	25.967	31.669
Licença de operação <sup>(ii)</sup>	3,70 %	211.268	223.008
Direito de concessão <sup>(i)</sup>	1,59 %	7.119.068	7.231.097
Outros		37.128	36.744
<b>Total</b>		<b>7.393.431</b>	<b>7.522.518</b>

- (i) Refere-se ao contrato de direito de concessão da Rumo Malha Norte, que será amortizado até o final da concessão em 2079;  
(ii) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Rumo, provenientes das combinações de negócios.

## Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida, exceto para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste, que apresenta resultados negativos baixa geração de caixa.

O valor recuperável para os ativos imobilizados dessa unidade geradora de caixa foi determinado através da metodologia do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA projetado para a unidade geradora de caixa, sem crescimento de volume transportado, no prazo remanescente da concessão, e (ii) a taxa de desconto (wacc) de 8,28% ao ano, antes dos impostos. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 82.995, frente a um valor de livros de R\$ 155.443, que inclui imobilizado e intangível. Uma provisão para perda por valor recuperável de R\$ 72.448 foi registrada para essa unidade geradora de caixa, alocada proporcionalmente aos ativos imobilizados, em contrapartida à “Outras receitas (despesas) líquidas, nota 27.

O saldo de ágio registrado pela Companhia está associado à operação de elevação portuária e terminais, de forma que esta unidade geradora de caixa precisa ser testada anualmente.

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado pelo valor líquido de venda da unidade, utilizando a técnica de múltiplos de EBITDA, uma técnica considerada de nível 3 na hierarquia das estimativas de valor justo.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA gerado pela unidade geradora de caixa no exercício de 2018, e (ii) média dos múltiplos praticados por agentes de mercado para empresas (10,9x) do setor de atuação da Companhia. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 2.183.000, frente a um valor de livros de R\$ 819.039, que inclui imobilizado e intangível.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

## 14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Venciment o final
	Indexador <sup>(i)</sup>	Taxa média anual de juros	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>							
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,31%	<b>485.352</b>	603.658	<b>1.055.281</b>	1.281.371	fev/2025
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,75%	-	-	<b>2.261</b>	2.695	jan/2024
NCE	URTJLP	9,08%	<b>111.270</b>	176.230	<b>2.584.347</b>	2.270.055	dez/2029
	IPCA	11,69%	-	-	<b>2.211</b>	2.840	nov/2021
	Selic	13,65%	-	-	<b>3.930</b>	4.075	set/2020
	112% do CDI	7,18%	-	-	-	59.858	dez/2018
	125% do CDI	8,06%	-	-	<b>646.024</b>	644.766	dez/2023
	126% do CDI	8,13%	-	-	<b>514.817</b>	-	dez/2023
	CDI + 3,50% a.a.	10,11%	-	-	-	294.968	dez/2018
	Pré-fixado (US\$) <sup>(ii)</sup>	7,38%	-	-	<b>3.061.566</b>	2.570.622	fev/2024
Sênior Notes 2024	Pré-fixado (US\$) <sup>(ii)</sup>	5,88%	-	-	<b>1.997.394</b>	-	jan/2025
Sênior Notes 2025	CDI + 4,91% a.a.	-	-	-	-	98.117	set/2018
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$) <sup>(iii)</sup>	5,33%	-	-	<b>15.499</b>	95.040	jun/2019
Loan 4131	Dólar (US\$)	3,35%	<b>209.987</b>	-	<b>209.987</b>	-	nov/2022
			<b>806.609</b>	779.888	<b>10.093.317</b>	7.324.407	
<b>Debêntures</b>							
Debêntures não conversíveis							
	CDI + 2,05% a.a.	8,57%	-	152.573	-	152.573	abr/2018
	CDI + 3,50% a.a.	10,11%	-	-	-	1.359.125	mai/2018
	108 % do CDI	6,92%	-	-	-	171.515	jul/2018
	128 % do CDI	8,26%	-	-	<b>501.064</b>	499.576	dez/2025
	Pré-fixado <sup>(iv)</sup>	13,13%	-	-	-	163.750	mar/2018
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	8,28%	<b>714.755</b>	663.064	-	-	jan/2020
			<b>714.755</b>	815.637	<b>501.064</b>	2.346.539	
<b>Total</b>			<b>1.521.364</b>	1.595.525	<b>10.594.381</b>	9.670.946	
<b>Circulante</b>			<b>172.838</b>	336.526	<b>924.904</b>	1.594.008	
<b>Não circulante</b>			<b>1.348.526</b>	1.258.999	<b>9.669.477</b>	8.076.938	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Essa dívida tem contratos de swap para 144% do CDI que representa uma taxa média de 10,13% a.a.
- (iii) Dívida com swap para 135% do CDI que representa uma taxa média de 9,41% a.a.
- (iv) Dívida com swap para 109% do CDI que representa uma taxa média de 7,59% a.a.

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia e fianças bancárias, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,32% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$2.475.175 (R\$1.183.208 em 31 de dezembro de 2017).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,40% e TJLP de 6,98%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
13 a 24 meses	<b>835.095</b>	170.584	<b>997.420</b>	962.104
25 a 36 meses	<b>194.665</b>	783.467	<b>943.729</b>	1.381.773
37 a 48 meses	<b>181.371</b>	90.396	<b>903.243</b>	1.079.396
49 a 60 meses	<b>73.173</b>	77.157	<b>903.754</b>	857.242
61 a 72 meses	<b>64.222</b>	73.173	<b>3.399.860</b>	624.380
73 a 84 meses	-	64.222	<b>2.233.235</b>	2.806.936
85 a 96 meses	-	-	<b>83.575</b>	151.971
A partir de 97 meses	-	-	<b>204.661</b>	213.136
	<b>1.348.526</b>	1.258.999	<b>9.669.477</b>	8.076.938

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Reais (R\$)	<b>5.309.935</b>	7.005.284
Dólar (US\$) <sup>(i)</sup>	<b>5.284.446</b>	2.665.662
<b>Total</b>	<b>10.594.381</b>	9.670.946

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 28).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 01 de janeiro de 2017	2.415.446	8.523.175
Captações	-	3.786.463
Atualização de juros, variação monetária e cambial	(476.960)	1.269.514
Amortização de principal	(227.212)	(2.961.824)
Pagamento de juros	(115.749)	(946.382)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>1.595.525</b>	<b>9.670.946</b>
Captações	200.000	3.113.130
Atualização de juros, variação monetária e cambial	107.416	1.707.701
Amortização de principal	(333.218)	(3.172.817)
Pagamento de juros	(48.359)	(724.579)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.521.364</b>	<b>10.594.381</b>



## ***BNDES***

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Em 27 de dezembro de 2018, através de sua subsidiária Rumo Malha Norte, houve captação de recursos no valor R\$190.698 com vencimento em 15 de dezembro de 2029, e sobre o saldo devedor incidirá juros de TJLP + 3,88% a.a , na mesma data, através de sua subsidiária Rumo Malha Sul, houve captação de recursos no valor R\$609.302 com vencimento em 15 de dezembro de 2025, e sobre o saldo devedor incidirá juros de TJLP + 2,10% a.a.

## ***NCE Dez/2023***

Em 26 de janeiro de 2018, através de sua subsidiária Rumo Malha Norte, houve captação de recursos junto ao Banco Bradesco S.A., através de uma Nota de Crédito à Exportação, no valor total de R\$500.000, com vencimento em dezembro de 2023 e sobre o saldo devedor incidirá juros de 126% da taxa diária do CDI-Certificado de Depósito Interfinanceiro, pagos semestralmente.

## ***Senior Notes 2024***

Em 9 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, *Senior Notes due 2024* ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente. Essa dívida está protegida por *Swap* de câmbio e juros.

## ***Senior Notes 2025***

Em 18 de janeiro de 2018, através da subsidiária Rumo Luxembourg, a Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, *Senior Notes due 2025* ("Notas 2025"), no valor total de US\$500.000, com vencimento em janeiro de 2025 e juros de 5,88% ao ano, pagos semestralmente. Essa dívida está protegida por *Swap* de câmbio e juros.

## ***Loan 4131***

Em 14 de novembro de 2018, a Companhia captou recursos junto ao Banco Citibank S.A., através de uma operação Loan 4131 no valor total de US\$53.405, com vencimento em novembro de 2022 e juros de 5,88% ao ano, pagos semestralmente. Essa dívida está protegida por *Swap* de câmbio e juros.

### ***Linha de crédito não utilizada***

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$2.108.824 (R\$21.325 em 31 de dezembro de 2017).

### ***Cláusulas Restritivas (“financial covenants”)***

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

<b>Meta</b>	<b>Índice</b>
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA $\leq 4,0x$ em dezembro de 2018	2,06
EBITDA/ Resultado Financeiro Consolidado $\geq 1,40x$ em dezembro de 2018	2,68
Patrimônio Líquido/ Ativo Total $\geq 0,25$	0,31

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas de “financial covenants”.

## **15 Outros tributos a pagar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
ICMS	<b>48</b>	-	<b>5.281</b>	3.040
INSS	<b>165</b>	156	<b>6.027</b>	6.557
PIS	<b>912</b>	976	<b>2.598</b>	1.587
COFINS	<b>4.212</b>	4.550	<b>12.325</b>	7.526
Parcelamento de débitos tributários	<b>902</b>	902	<b>10.297</b>	21.955
ISS	-	85	<b>4.666</b>	4.494
IOF	<b>15</b>	14	<b>1.318</b>	2.244
Outros	<b>226</b>	121	<b>7.960</b>	6.374
	<b>6.480</b>	6.804	<b>50.472</b>	53.777
<b>Circulante</b>	<b>6.480</b>	6.804	<b>46.717</b>	42.767
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>3.755</b>	11.010

Os montantes vencíveis no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
13 a 24 meses	<b>1.160</b>	6.534
25 a 36 meses	<b>545</b>	2.636
37 a 48 meses	<b>227</b>	309
49 a 60 meses	<b>227</b>	126
61 a 72 meses	<b>196</b>	126
73 a 84 meses	<b>50</b>	126
85 a 96 meses	<b>50</b>	126
A partir de 97 meses	<b>1.300</b>	1.027
	<b>3.755</b>	11.010

## 16 Imposto de renda e contribuição social

### a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<b>285.887</b>	(293.290)	<b>541.408</b>	(249.519)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	<b>(97.202)</b>	99.719	<b>(184.079)</b>	84.836
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	<b>97.529</b>	(54.158)	<b>3.461</b>	1.443
Resultado de empresas no exterior	-	(5)	<b>(8.924)</b>	(15.124)
Lucro da exploração	-	-	<b>48.541</b>	74.416
Custo com emissão de ações	-	16.515	-	16.515
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas <sup>(i)</sup>	<b>7.774</b>	2.669	<b>(132.041)</b>	(175.265)
Efeito de amortização do ágio	<b>(16.543)</b>	(16.543)	<b>1.853</b>	1.853
Juros sobre capital próprio	<b>(13.192)</b>	(13.837)	-	(355)
Outros	<b>104</b>	(1.877)	<b>2.748</b>	2.762
<b>Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)</b>	<b>(21.530)</b>	32.483	<b>(268.441)</b>	(8.919)
<b>Taxa efetiva</b>	<b>-7,53%</b>	-11,08%	<b>-49,58%</b>	3,57%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Créditos ativos de:</b>				
Prejuízos fiscais	<b>252.203</b>	259.009	<b>1.784.856</b>	1.706.353
Base negativa de contribuição social	<b>101.617</b>	104.076	<b>654.311</b>	624.339
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Provisão para demandas judiciais	<b>15.242</b>	14.063	<b>210.429</b>	205.611
Provisão para perda ao valor recuperável	<b>30.327</b>	30.327	<b>241.083</b>	250.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	<b>685</b>	646	<b>18.596</b>	22.483
Provisão para não realização de impostos	-	-	<b>36.983</b>	30.515
Provisão para participação nos resultados	<b>4.080</b>	6.282	<b>38.482</b>	28.987
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	<b>562.699</b>	472.602
Ajuste valor justo sobre a dívida	-	-	<b>57.298</b>	23.855
Diferenças temporárias sobre outras provisões	<b>7.505</b>	11.680	<b>103.614</b>	118.755
Combinação de negócios - imobilizado	<b>1.507</b>	1.029	<b>88.793</b>	136.174
Outros	<b>4.377</b>	-	<b>57.309</b>	42.953
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>417.543</b>	427.112	<b>3.854.453</b>	3.662.863
<b>(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos</b>	<b>(346.718)</b>	(352.062)	<b>(2.074.432)</b>	(1.940.650)

**Créditos passivos de:**

**Diferenças temporárias:**

Ágio fiscal amortizado	-	-	(24.268)	(21.991)
Arrendamento mercantil	(787)	(787)	(228.041)	(277.077)
Resultado não realizado com derivativos	-	-	(307.098)	-
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(851)	(1.085)	-	-
Combinação de negócios - Intangível	(69.187)	(73.178)	(2.578.722)	(2.579.894)
Outros	-	-	(32.494)	(28.767)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(70.825)</b>	<b>(75.050)</b>	<b>(3.170.623)</b>	<b>(2.907.729)</b>
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.390.602)</b>	<b>(1.185.516)</b>
<b>Diferido ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.046.195</b>	<b>1.156.560</b>
<b>Diferido passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.436.797)</b>	<b>(2.342.076)</b>

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias.

Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	<b>Diferido ativo</b>
2019	40.699
2020	58.765
2021	70.412
2022	63.667
2023	57.194
2024 a 2026	229.880
2027 a 2029	525.578
<b>Total</b>	<b>1.046.195</b>

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	(48.999)	(1.236.560)
Resultado	32.483	34.322
Gastos com emissão de ações	16.515	16.515
Outros	1	207
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>(1.185.516)</b>
Resultado	-	(201.598)
Compensação de prejuízo fiscal sobre parcelamento - PERT	-	(3.984)
Passivo atuarial	-	189
Adoção inicial IFRS 9	-	307
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>(1.390.602)</b>

## 17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	40.161	20.388	439.031	626.051
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	1.367	1.814
Outros	4.569	13.306	11.221	731
<b>Total</b>	<b>44.730</b>	<b>33.694</b>	<b>451.619</b>	<b>628.596</b>

## 18 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	1.782	1.822	76.770	68.897
Cíveis, regulatórias e ambientais	6.435	3.092	145.735	148.736
Trabalhistas	31.654	31.760	292.147	284.401
	<b>39.871</b>	<b>36.674</b>	<b>514.652</b>	<b>502.034</b>

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	7.022	5.540	35.152	18.368
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.647	1.460	163.579	162.260
Trabalhistas	12.440	10.282	170.759	150.344
	<b>21.109</b>	<b>17.282</b>	<b>369.490</b>	<b>330.972</b>

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	2.595	1.947	25.373	29.915
Provisionados no exercício	113	(410)	15.473	15.176
Baixas por reversão ou pagamento	(1.029)	(45)	(18.498)	(19.572)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	143	1.600	9.412	11.155
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	1.822	3.092	31.760	36.674
Provisionados no exercício	27	3.142	7.170	10.339
Baixas por reversão ou pagamento	(107)	(2.178)	(12.661)	(14.946)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	40	2.379	5.385	7.804
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.782</b>	<b>6.435</b>	<b>31.654</b>	<b>39.871</b>

  

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	74.472	154.187	278.363	507.022
Provisionados no exercício	1.666	8.215	68.659	78.540
Baixas por reversão ou pagamento	(4.754)	(14.973)	(88.865)	(108.592)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	(2.487)	1.307	26.244	25.064
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	68.897	148.736	284.401	502.034
Provisionados no exercício	14.692	19.813	58.744	93.249
Baixas por reversão ou pagamento	(4.175)	(44.380)	(84.229)	(132.784)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	(2.644)	21.566	33.231	52.153
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>76.770</b>	<b>145.735</b>	<b>292.147</b>	<b>514.652</b>

(i) Inclui baixa de juros.

## a) Tributárias

### *Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Crédito de ICMS	-	-	<b>33.806</b>	55.575
PIS e COFINS	-	-	<b>11</b>	1.911
INSS	-	-	<b>12.542</b>	-
Outros	<b>1.782</b>	1.822	<b>30.411</b>	11.411
	<b>1.782</b>	1.822	<b>76.770</b>	68.897

- (i) Os valores provisionados referem-se, essencialmente, a glosa de créditos de ICMS na aquisição de insumos de produção / prestação de serviço. No entendimento do Fisco, referidos insumos estariam classificados como materiais de uso e consumo, não gerando direito aos créditos de ICMS.

### *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganho de capital <sup>(i)</sup>	<b>529.788</b>	512.120	<b>529.788</b>	512.120
Multa isolada tributo federal <sup>(ii)</sup>	<b>449.039</b>	429.249	<b>449.039</b>	429.249
IRPJ/CSLL <sup>(iii)</sup>	<b>252.368</b>	137.738	<b>504.862</b>	370.319
ICMS Rumo Malha Paulista <sup>(iv)</sup>	-	-	<b>322.927</b>	310.334
ICMS - Exportação <sup>(v)</sup>	-	-	<b>293.638</b>	256.278
Operações financeiras no exterior <sup>(vi)</sup>	-	-	<b>290.220</b>	280.414
MP 470 parcelamento de débitos <sup>(vii)</sup>	-	-	<b>112.666</b>	110.098
IRRF <i>Swap</i> <sup>(viii)</sup>	-	-	<b>75.007</b>	72.466
ICMS TAD <sup>(ix)</sup>	<b>76</b>	74	<b>67.092</b>	62.850
Plano de Opção de Compra de Ações <sup>(x)</sup>	<b>58.226</b>	56.385	<b>67.991</b>	65.776
IOF s/ Mútuo <sup>(xi)</sup>	<b>52.585</b>	51.330	<b>52.585</b>	51.330
Compensação com crédito prêmio <sup>(xii)</sup>	-	-	<b>43.121</b>	41.350
PIS/COFINS tráfego mútuo <sup>(xiii)</sup>	-	-	<b>33.805</b>	32.967
ROA - Lei 13.043/2014	-	-	<b>36.118</b>	-
PIS/COFINS	<b>3.750</b>	3.585	<b>30.702</b>	7.310
ICMS Material de uso e consumo	-	-	<b>9.462</b>	-
ICMS - Transporte de passageiros	-	-	<b>6.002</b>	10.100
ICMS Armazéns Gerais	-	-	<b>6.500</b>	6.249
Contribuições Previdenciárias	-	-	<b>4.121</b>	45.985
Outros	<b>35.903</b>	50.704	<b>145.858</b>	100.270
	<b>1.381.735</b>	1.241.185	<b>3.081.504</b>	2.765.465

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da descon sideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob o fundamento de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

- (iii) Autos de infração que exige IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçü. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçü Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Rumo Malha Paulista, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.
- (v) Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (vi) Autos de Infração lavrados para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativos aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes supostas infrações: (a) dedução indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior, (b) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo Governo da Áustria e pelo Governo da Espanha, (c) não inclusão, no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSL, dos ganhos auferidos em operações de swap, e não tributação das receitas financeiras decorrentes de tais contratos pelo PIS e pela COFINS, (d) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, realizada a título de créditos de PIS e COFINS, (e) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida.
- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (viii) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (ix) O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.
- (x) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (xi) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.
- (xii) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- (xiii) A Receita Federal autuou a Rumo Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a Rumo Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.

#### b) Cíveis, regulatórias e ambientais

*Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis	<b>222.911</b>	199.225	<b>1.785.541</b>	1.522.750
Regulatórias	<b>904</b>	1.730	<b>647.182</b>	543.028
Ambientais	<b>1.456</b>	935	<b>460.911</b>	378.462
	<b>225.271</b>	201.890	<b>2.893.634</b>	2.444.240

Em 25 de julho de 2018 a Companhia teve ciência da instauração de inquérito administrativo perante o CADE para apuração de representação formulada pela Agrovía. A Companhia refuta os argumentos apresentados pela mesma e ressalta que grande parte dos fatos já foram analisados e rejeitados pelo próprio órgão em outro processo administrativo. A Companhia avalia como possível o risco de que um processo administrativo seja criado e ou venha a incorrer em perda neste processo. Devido ao estágio inicial do tema, não é possível estimar o valor em risco.

#### c) Trabalhistas

*Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reclamações trabalhistas	<b>126.451</b>	132.966	<b>845.346</b>	806.131
	<b>126.451</b>	132.966	<b>845.346</b>	806.131

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, em como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.



## 19 Arrendamento mercantil

### Arrendamentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

	31/12/2018			31/12/2017	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Total
<b>Pagamentos mínimos futuros</b>	<b>176.169</b>	<b>422.421</b>	<b>165.838</b>	<b>764.428</b>	1.250.860
Material rodante	150.241	348.111	101.790	600.142	1.060.759
Terminal	23.400	73.637	64.048	161.085	184.484
Outros	2.528	673	-	3.201	5.617
<b>Juros na parcela</b>	<b>(55.678)</b>	<b>(128.941)</b>	<b>(26.459)</b>	<b>(211.078)</b>	(306.722)
Material rodante	(44.284)	(98.797)	(16.567)	(159.648)	(241.509)
Terminal	(11.152)	(30.099)	(9.892)	(51.143)	(64.528)
Outros	(242)	(45)	-	(287)	(685)
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>120.491</b>	<b>293.480</b>	<b>139.379</b>	<b>553.350</b>	944.138
<b>Circulante</b>				<b>120.491</b>	261.344
<b>Não circulante</b>				<b>432.859</b>	682.794

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns os contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<b>Consolidado</b>
Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.397.543
Atualização de juros, variação monetária e cambial	178.139
Amortização de principal	(348.114)
Pagamento de juros	(283.430)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	<b>944.138</b>
Atualização de juros, variação monetária e cambial	<b>144.763</b>
Amortização de principal	<b>(384.752)</b>
Pagamento de juros	<b>(150.799)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>553.350</b>

### Arrendamentos operacionais

	31/12/2018				31/12/2017
	<b>Total dos pagamentos mínimos futuros</b>				
<b>Bens</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Mais do que cinco anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Locomotivas	678	509	-	1.187	1.695
Vagões	8.925	24.332	866	34.123	38.449
<b>Total</b>	<b>9.603</b>	<b>24.841</b>	<b>866</b>	<b>35.310</b>	40.144

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

## 20 Arrendamentos e concessões

	31/12/2018			31/12/2017
	Arrendamento	Concessões	Total	Total
<b><u>Valores a pagar:</u></b>				
Rumo Malha Sul	31.546	29.215	<b>60.761</b>	65.550
Rumo Malha Paulista	26.316	19.576	<b>45.892</b>	48.139
	<b>57.862</b>	<b>48.791</b>	<b>106.653</b>	113.689
<b><u>Valores em discussão judicial:</u></b>				
Rumo Malha Paulista	1.695.770	-	<b>1.695.770</b>	1.535.470
Rumo Malha Oeste	1.324.853	81.292	<b>1.406.145</b>	1.284.175
	<b>3.020.623</b>	<b>81.292</b>	<b>3.101.915</b>	2.819.645
<b>Total</b>	<b>3.078.485</b>	<b>130.083</b>	<b>3.208.568</b>	2.933.334
<b>Circulante</b>			<b>28.797</b>	27.413
<b>Não circulante</b>			<b>3.179.771</b>	2.905.921
			<b>3.208.568</b>	2.933.334

### Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, Rumo Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação A Rumo Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas dos contratos de concessão e arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela Companhia com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença concedida e como possível em relação às verbas rescisórias, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual.

A Rumo Malha Oeste também pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Os depósitos judiciais referentes às ações acima mencionadas totalizam:

	<b>31/12/2018</b>	31/12/2017
Rumo Malha Paulista	<b>119.806</b>	119.806
Rumo Malha Oeste	<b>19.790</b>	20.690
	<b><u>139.596</u></b>	<u>140.496</u>

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 18.

## **21 Patrimônio Líquido**

### **a. Capital social**

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$9.654.897 e está representado por 1.559.015.898 (1.559.015.898 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### **b. Reserva de capital**

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$7.352 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$191 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.
- Decréscimo de R\$4.975 decorrentes da aquisição de ações de não controladores da controlada Rumo Malha Norte.

### c. Outros resultados abrangentes

	31/12/2017	Líquido	31/12/2018
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	5.499	12.722	<b>18.221</b>
Perdas atuariais com plano de pensão	(1.154)	(1.540)	<b>(2.694)</b>
Custo atribuído	3.467	(87)	<b>3.380</b>
<b>Total</b>	<b>7.812</b>	<b>11.095</b>	<b>18.907</b>

### d. Incentivos fiscais – SUDAM

A Rumo Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2018 sobre o lucro da exploração foi de R\$48.541 (R\$74.416 em 31 de dezembro de 2017), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Rumo Malha Norte.

## 22 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

### Básico e diluído

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do período	264.357	(260.807)
<b>Denominador:</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.559.214	1.388.576
<b>Efeito de diluição:</b>		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	3.450	-
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.562.664	1.388.576
<b>Resultado básico por ação ordinária</b>	<u><u>R\$0,16955</u></u>	<u><u>(R\$0,18782)</u></u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u><u>R\$0,16917</u></u>	<u><u>(R\$0,18782)</u></u>

### Instrumentos diluidores

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio da Companhia. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível. As premissas de valor e forma de liquidação estão sujeitas à decisão do procedimento arbitral e em 31 de dezembro de 2018 a melhor estimativa é de 3.264 ações, com efeito antidilutivo, que portanto não foram consideradas na análise do lucro por ação diluído.

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações, como detalhado na nota 23, cujos instrumentos (opções ou ações restritas). Em 31 de dezembro de 2018 possuem efeito dilutivo, enquanto em 31 de dezembro de 2017, 3.390 ações possuíam efeito antidilutivo, pois, reduziram o resultado por ação e portanto não foram consideradas na análise do lucro por ação diluído.

## 23 Pagamento baseado em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações. O primeiro, o “Plano de *stock grant*”, concede ações da Companhia para administradores e funcionários. O segundo, o “Plano de *stock option*”, concede o direito de adquirir ações (opções) da Companhia a um preço determinado. Em ambos os casos, o direito de adquirir ou receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia o modelo de Remuneração Baseada em Ações (“*Stock Grant*”), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O número de ações a serem distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior à outorga. As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas a título gratuito uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia Black-Scholes é usada para determinar o valor justo das ações entregues.

### 1) Características e premissas dos programas:

Planos <i>stock grants</i>	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2018	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2015	5	01/10/2015	11,33%	42,75%	1.485.900	(214.000)	1.271.900	6,10	6,10
Plano de 2016	5	02/01/2017	11,33%	42,75%	1.476.000	(157.600)	1.318.400	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(64.350)	806.550	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(8.021)	1.141.523	13,94	13,94
					<b>4.982.344</b>	<b>(443.971)</b>	<b>4.538.373</b>		

### 2) Reconciliação das opções e ações vigentes:

	<i>Stock option</i>		<i>Stock grant</i>
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de ações
1 de janeiro de 2017	244.732	20,10	1.522.220
Outorgadas	-	-	2.384.080
Canceladas	(20.907)	29,40	(318.550)
31 de dezembro de 2017	223.825	52,00	3.587.750
Outorgadas	-	-	1.149.544
Exercidas/entregues	-	-	(37.072)
Perdidas	(25.600)	67,78	(161.849)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>198.225</b>	<b>54,83</b>	<b>4.538.373</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos R\$7.352 como despesas relativas à apropriação dos Planos de “Stock Grant” (R\$5.522 em 31 de dezembro de 2017).

## 24 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta na venda de serviços	<b>689.320</b>	781.462	<b>6.988.737</b>	6.332.656
Impostos e deduções sobre venda de serviços	<b>(44.232)</b>	(46.622)	<b>(403.801)</b>	(386.307)
Receita operacional líquida	<b>645.088</b>	734.840	<b>6.584.936</b>	5.946.349

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transporte de carga e acessórios	<b>645.088</b>	734.840	<b>5.998.380</b>	5.338.445
Elevação de carga	-	-	<b>303.804</b>	330.850
Direito de passagem	-	-	<b>149.985</b>	143.280
Outros	-	-	<b>132.767</b>	133.774
Receita operacional líquida	<b>645.088</b>	734.840	<b>6.584.936</b>	5.946.349

## 25 Custos e despesas por natureza

A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

### a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material de uso e consumo	<b>(2.433)</b>	(372)	<b>(133.819)</b>	(150.016)
Despesa com pessoal	<b>(25.663)</b>	(31.793)	<b>(842.742)</b>	(781.695)
Depreciação e amortização	<b>(99.801)</b>	(99.169)	<b>(1.418.858)</b>	(1.341.687)
Despesas com serviços de terceiros	<b>(10.701)</b>	(19.974)	<b>(321.448)</b>	(379.408)
Despesas com transporte e elevação	<b>(375.945)</b>	(469.812)	<b>(1.547.669)</b>	(1.449.145)
Arrendamento e concessão	-	-	<b>(212.081)</b>	(193.252)
Arrendamento mercantil operacional	-	-	<b>(14.157)</b>	(15.234)
Outras despesas	<b>(5.712)</b>	(10.129)	<b>(288.296)</b>	(221.512)
	<b>(520.254)</b>	(631.249)	<b>(4.779.070)</b>	(4.531.949)

### b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	<b>(485.171)</b>	(583.115)	<b>(4.465.634)</b>	(4.220.988)
Despesas comerciais	<b>(28)</b>	-	<b>(12.872)</b>	(28.846)
Despesas gerais e administrativas	<b>(35.055)</b>	(48.134)	<b>(300.564)</b>	(282.115)
	<b>(520.254)</b>	(631.249)	<b>(4.779.070)</b>	(4.531.949)

## 26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Custo da dívida bruta</b>				
Juros e variação monetária	(100.303)	(210.138)	(903.199)	(1.083.106)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(6.933)	-	(653.262)	(132.753)
Resultado com derivativos e valor justo	322	-	752.869	97.594
Amortização do gasto de captação	(970)	(571)	(48.162)	(37.830)
Fianças e garantias sobre dívidas	(25.885)	(38.929)	(81.863)	(129.759)
	(133.769)	(249.638)	(933.617)	(1.285.854)
<b>Rendimento de aplicação financeira</b>	14.934	30.848	180.395	219.899
	14.934	30.848	180.395	219.899
<b>Custo da dívida, líquida</b>	(118.835)	(218.790)	(753.222)	(1.065.955)
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>				
Juros sobre outros recebíveis	(488)	290	17.677	10.995
Arrendamento e concessão	-	-	(186.259)	(244.198)
Arrendamento mercantil	(97)	(322)	(105.085)	(131.185)
Despesas bancárias e outros	(1.947)	(2.821)	(56.441)	(68.063)
Certificado de recebíveis imobiliários	(183)	(2.557)	(5.091)	(20.171)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(3.655)	(5.556)	(86.236)	(68.105)
Variação cambial e derivativos	(8.731)	2.818	(14.801)	7.748
Juros sobre outras obrigações	1.103	(6.223)	(19.877)	(85.924)
	(13.998)	(14.371)	(456.113)	(598.903)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(132.833)	(233.161)	(1.209.335)	(1.664.858)
Despesas financeiras	(133.110)	(269.027)	(1.518.125)	(1.896.337)
Receitas financeiras	15.619	33.048	223.984	258.890
Variação cambial	(15.664)	2.818	(668.063)	(127.508)
Derivativos	322	-	752.869	100.097
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(132.833)	(233.161)	(1.209.335)	(1.664.858)



## 27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Efeito líquido das demandas judiciais e parcelamento tributário	(9.123)	(18.049)	(79.283)	(55.800)
Receitas (despesas) de operações portuárias	-	-	4.679	(1.028)
Receita de aluguéis e arrendamentos	13.440	13.440	831	2.622
Resultado na venda de sucatas / eventuais	1.447	1.813	45.952	41.040
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	29.231	3.056
Recuperação de sinistros	3.588	-	5.345	22.852
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(72.448)	-
Outros	(2.315)	(1.636)	391	(16.046)
	<u>7.037</u>	<u>(4.432)</u>	<u>(65.302)</u>	<u>(3.304)</u>

## 28 Instrumentos financeiros

### *Gerenciamento dos riscos financeiros*

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da empresa é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

### **Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Riscos de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativos</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Títulos e valores mobiliários	<b>2.843.074</b>	3.152.441
Instrumentos financeiros derivativos	<b>892.461</b>	110.107
	<b>3.735.535</b>	3.262.548
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>141.527</b>	178.004
Contas a receber de clientes	<b>438.062</b>	371.718
Recebíveis de partes relacionadas	<b>47.075</b>	31.260
Caixa restrito	<b>115.124</b>	225.634
	<b>741.788</b>	806.616
<b>Total</b>	<b>4.477.323</b>	4.069.164
<b>Passivos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>5.325.434</b>	7.005.284
Arrendamento mercantil	<b>553.350</b>	944.138
Certificado de recebíveis imobiliários	-	86.745
Fornecedores	<b>451.619</b>	628.596
Outros passivos financeiros	<b>337.705</b>	291.977
Pagáveis a partes relacionadas	<b>156.169</b>	147.099
Dividendos a pagar	<b>6.495</b>	8.506
Parcelamento de débitos tributários	<b>10.297</b>	21.955
	<b>6.841.069</b>	9.134.300
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Empréstimos e financiamentos	<b>5.268.947</b>	2.665.662
	<b>5.268.947</b>	2.665.662
<b>Total</b>	<b>12.110.016</b>	11.799.962

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias de valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentadas acima.

### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbios da Companhia estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Derivativos de taxa de câmbio e juros</b>				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros)	-	161.561	-	2.009
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio) <sup>(i)</sup>	<b>4.346.145</b>	2.481.020	<b>892.461</b>	108.098
	<b>4.346.145</b>	2.642.581	<b>892.461</b>	110.107
<b>Total de instrumentos contratados</b>	<b>4.346.145</b>	2.642.581	<b>892.461</b>	110.107
Circulante			-	660
Não circulante			<b>892.461</b>	109.447
<b>Ativos</b>			<b>892.461</b>	110.107

- (i) A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contratou operações de Swap, de forma a ficar ativa em USD + Libor 3M e passiva em 117,5% do CDI a partir de 14 de novembro de 2018.

#### (a) Risco de crédito

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(i)</sup>	<b>141.527</b>	178.004
Títulos e valores mobiliários <sup>(i)</sup>	<b>2.843.074</b>	3.152.441
Caixa restrito <sup>(i)</sup>	<b>115.124</b>	225.634
Contas a receber de clientes <sup>(ii)</sup>	<b>438.062</b>	371.718
Recebíveis de partes relacionadas <sup>(ii)</sup>	<b>47.075</b>	31.260
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(i)</sup>	<b>892.461</b>	110.107
	<b>4.477.323</b>	4.069.164

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o valor registrado, como demonstrado na nota 14, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2018
AA	223.435
AAA	3.768.751
<b>Total</b>	<b>3.992.186</b>

**(b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2018				31/12/2017
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.782.919)	(1.964.510)	(5.295.905)	(11.365.209)	(20.408.543)
Fornecedores	(451.619)	-	-	-	(451.619)
Outros passivos financeiros <sup>(i)</sup>	(337.705)	-	-	-	(337.705)
Parcelamento de débitos tributários	(7.298)	(1.223)	(842)	(1.696)	(11.059)
Arrendamento mercantil	(184.903)	(152.862)	(304.120)	(195.777)	(837.662)
Certificado recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	(156.169)	-	-	-	(156.169)
Dividendos a pagar	(6.495)	-	-	-	(6.495)
Instrumentos financeiros derivativos	(34.446)	(73.062)	(352.112)	1.306.072	846.452
	<b>(2.961.554)</b>	<b>(2.191.657)</b>	<b>(5.952.979)</b>	<b>(10.256.610)</b>	<b>(21.362.800)</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$337.705 (R\$291.977 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 7,47% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

• **Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$) e Euros (E\$):

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	16.034	5.649
Contas a receber de clientes	20.354	10.903
Fornecedores	(26.168)	(13.230)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.178.357)	(2.665.662)
Derivativos de taxa de câmbio (nacional) <sup>(i)</sup>	5.162.858	2.676.559
<b>Exposição cambial, líquida</b>	<b>(5.279)</b>	<b>14.219</b>

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2018.

*Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:*

No cenário provável a Companhia utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2019. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA e Euro, usados no cenário provável:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
	31/12/2018	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	3,8748	3,7500	4,6875	5,6250	2,8125	1,8750
Euro	4,4390	4,4600	5,5750	6,6900	3,3450	2,2300

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2018, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivos ou negativos no resultado, antes dos impostos. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$ e R\$/E\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do Dólar	(516)	3.879	7.759	(3.879)	(7.759)
Contas a receber de clientes	Flutuação do Dólar	(655)	4.925	9.849	(4.925)	(9.849)
Fornecedores	Flutuação do Euro	(123)	(6.538)	(13.075)	6.538	13.075
Derivativos de taxa de câmbio (nacional)	Flutuação do Dólar	(166.286)	1.249.143	2.498.286	(1.249.143)	(2.498.286)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do Dólar	166.785	(1.252.893)	(2.505.786)	1.252.893	2.505.786
<b>Impactos no resultado do exercício</b>		<b>(795)</b>	<b>(1.484)</b>	<b>(2.967)</b>	<b>1.484</b>	<b>2.967</b>

#### • Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

*Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:*

A Companhia utiliza os seguintes cenários para as taxas de juros:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	7.65%	9.56%	11.48%	5.74%	3.83%
CDI	7.65%	9.56%	11.48%	5.74%	3.83%
TJLP	6.40%	8.00%	9.60%	4.80%	3.20%
IPCA	4.12%	5.15%	6.18%	3.09%	2.06%

O cenário provável considerado pela Companhia utiliza as projeções de mercado feitas por consultoria externa especializada (Tendências).

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros <sup>(i)</sup>	31/12/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	10.827	2.707	5.413	(2.707)	(5.413)
Títulos e valores mobiliários	217.495	16.638	1.273	(16.638)	(1.273)
Caixa restrito	8.807	2.202	4.403	(2.202)	(4.403)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(292.005)	(73.021)	(146.042)	73.021	146.042
Derivativos de taxa de juros	(355.577)	(650.340)	(1.217.917)	746.627	1.611.680
Arrendamento mercantil	(19.174)	(3.981)	(7.962)	3.981	7.962
<b>Impactos no resultado do exercício</b>	<b>(429.627)</b>	<b>(705.795)</b>	<b>(1.360.832)</b>	<b>802.082</b>	<b>1.754.595</b>

(i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,40% a.a. e 6,98% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

### ***Valor justo dos instrumentos financeiros***

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

O valor justo dos Sênior Notes estão cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (Nota 14) e baseiam-se no preço de mercado cotado como segue:

<b>Empréstimo</b>	<b>Empresa</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Sênior Notes 2024	Rumo Luxembourg	<b>104,27%</b>	107,86 %
Sênior Notes 2025	Rumo Luxembourg	<b>94,94%</b>	-

O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 14.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2018	31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos</b>				
Títulos e valores mobiliários	2.843.074	3.152.441	2.843.074	3.152.441
Instrumentos financeiros derivativos	892.461	110.107	892.461	110.107
<b>Total</b>	<b>3.735.535</b>	<b>3.262.548</b>	<b>3.735.535</b>	<b>3.262.548</b>
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos	(5.268.947)	(2.665.662)	(5.268.947)	(2.665.662)
<b>Total</b>	<b>(5.268.947)</b>	<b>(2.665.662)</b>	<b>(5.268.947)</b>	<b>(2.665.662)</b>

### ***Hedge accounting – Valor justo***

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações em que ambos os saldos (instrumentos de *hedge* e os itens cobertos) são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativos	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	-	-	-
Mensuração inicial	(2.461.836)	-	(2.461.836)
Amortização de juros	87.037	(16.551)	70.486
Valor justo	(195.823)	122.642	(73.181)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>(2.570.622)</b>	<b>106.091</b>	<b>(2.464.531)</b>
Mensuração inicial	(1.605.950)	-	(1.605.950)
Amortização de juros	254.426	55.314	309.740
Valor justo	(1.136.813)	730.734	(406.079)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(5.058.959)</b>	<b>892.139</b>	<b>(4.166.820)</b>

## **29 Informação por segmento**

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

### **Segmentos operacionais**

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.



As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

**Exercício:**

**31/12/2018**

<b>Resultado por Unidade de Negócio</b>	<b>Operações Norte</b>	<b>Operações Sul</b>	<b>Operações de Contêineres</b>	<b>Consolidado</b>
Receita líquida	4.913.436	1.412.300	259.200	6.584.936
Custo dos serviços prestados	(2.743.494)	(1.421.040)	(301.100)	(4.465.634)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.169.942</b>	<b>(8.740)</b>	<b>(41.900)</b>	<b>2.119.302</b>
<b>Margem bruta (%)</b>	<b>44,16%</b>	<b>-0,62%</b>	<b>-16,17%</b>	<b>32,18%</b>
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(222.536)	(62.800)	(28.100)	(313.436)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	26.375	(96.600)	15.102	(55.123)
Depreciação e amortização	947.706	415.352	55.800	1.418.858
<b>EBITDA</b>	<b>2.921.487</b>	<b>247.212</b>	<b>902</b>	<b>3.169.601</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>59,46%</b>	<b>17,50%</b>	<b>0,35%</b>	<b>48,13%</b>
Perda por redução ao valor recuperável	-	72.448	-	72.448
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>2.921.488</b>	<b>319.660</b>	<b>902</b>	<b>3.242.049</b>
<b>Margem EBITDA ajustado (%)</b>	<b>59,46%</b>	<b>22,63%</b>	<b>0,35%</b>	<b>49,23%</b>

**Exercício:**

**31/12/2017**

<b>Resultado por Unidade de Negócio</b>	<b>Operações Norte</b>	<b>Operações Sul</b>	<b>Operações de Contêineres</b>	<b>Consolidado</b>
Receita líquida	4.439.766	1.283.085	223.498	5.946.349
Custo dos serviços prestados	(2.558.157)	(1.356.733)	(306.098)	(4.220.988)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.881.609</b>	<b>(73.648)</b>	<b>(82.600)</b>	<b>1.725.361</b>
<b>Margem bruta (%)</b>	<b>42,38%</b>	<b>-5,74%</b>	<b>-36,96%</b>	<b>29,02%</b>
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(220.122)	(68.131)	(22.708)	(310.961)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	(5.093)	1.310	4.722	939
Depreciação e amortização	836.885	441.482	63.320	1.341.687
<b>EBITDA</b>	<b>2.493.279</b>	<b>301.013</b>	<b>(37.266)</b>	<b>2.757.026</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>56,16%</b>	<b>23,46%</b>	<b>-16,67%</b>	<b>46,37%</b>

**Principais clientes**

Nos segmentos Norte e Sul, um cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 13,9% da receita líquida do ano de 2018 com um valor aproximado de R\$ 912.943. Em 2017 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 15,0% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 893.056.